



BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Ensino Fundamental

MATERIAL PARA O PROFESSOR

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Ensino Fundamental

A MODERNA
E A BNCC

3ª versão

MATERIAL PARA O PROFESSOR



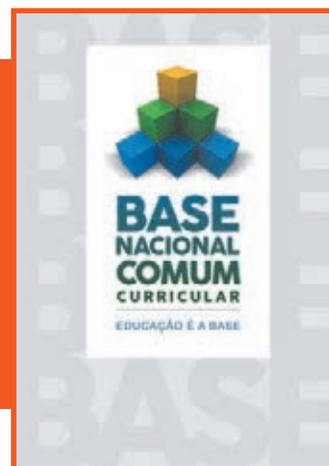
APRESENTAÇÃO

A proposta de criação de uma base comum curricular não é recente. Desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, já se indicava, no artigo 210, a necessidade de se estabelecer “conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira que assegurasse a formação básica comum” (BRASIL, 1988). Tal aspecto foi ratificado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96) e nos documentos oficiais subsequentes, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Como estratégia articulada ao cumprimento de algumas das metas do Plano Nacional da Educação (PNE), instituído em 2014, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) começou a ser construída em 2015 com a finalidade de estabelecer os conteúdos fundamentais a serem aprendidos por crianças e jovens durante a Educação Básica.

Após estudo de documentos oficiais curriculares em vigência nos estados, consulta pública e seminários estaduais para análise de duas versões preliminares, a BNCC chega agora à sua terceira versão (divulgada em abril de 2017), aguardando aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE). Para essa anuência, o CNE propôs a realização de cinco audiências públicas regionais a partir de junho de 2017. Após isso, a Base deverá ser homologada pelo Ministério da Educação, data que marcará o prazo de dois anos para que possa ser efetivamente implantada em todo o território nacional.

Nesse contexto, este caderno convida você a refletir sobre os principais aspectos fundantes da BNCC, com enfoque no trabalho a ser desenvolvido em sala de aula no processo de transição até a efetiva implantação do documento nos sistemas de ensino e escolas do país.



REPRODUÇÃO

Para consulta à terceira versão integral da BNCC, acesse: basenacionalcomum.mec.org.br. Acesso em: 23 jun. 2017.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

OBJETIVO

O principal objetivo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é promover a **equidade na educação, na medida em que garante aos alunos o acesso ao mesmo conteúdo nas escolas de todo o país**, e, com isso, reverter a histórica situação de exclusão social. Portanto, a BNCC visa oferecer igualdade de oportunidades por meio da definição das **aprendizagens essenciais** que crianças e jovens precisam desenvolver ano a ano durante a Educação Básica.

Tais aprendizagens são organizadas em **competências e habilidades**, direcionando a formação integral de todos os estudantes em suas variadas dimensões (intelectual, afetiva, ética, física, sociopolítica etc.). Esse direcionamento está ligado aos princípios éticos, estéticos e políticos das DCN e da LDB e visa à consolidação de um **pacto interfederativo**. Por meio desse pacto, diferentes atores educacionais (União, estados, Distrito Federal, municípios, instituições públicas e privadas) consolidam uma atitude de colaboração em prol da almejada equidade, permitindo, também, a

participação mais consciente de toda a sociedade no acompanhamento das práticas educativas propostas.

Com o estabelecimento das unidades temáticas, dos objetos de conhecimento e das habilidades a serem desenvolvidas, a BNCC espera ser um instrumento de gestão que encaminhe a **construção de propostas curriculares** e sua constante reflexão, considerando a diversidade constitutiva do contexto educacional brasileiro. Nesse âmbito, caberá a cada ator educacional definir os melhores caminhos para o processo de ensino-aprendizagem de crianças e jovens.

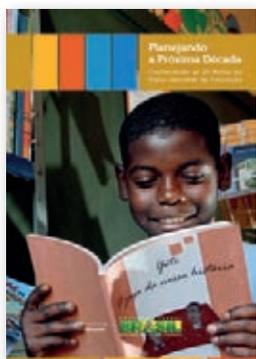
Além disso, a BNCC pretende estabelecer e/ou reencaminhar as políticas públicas nacionais que envolvem a **avaliação** da Educação Básica, a produção de **materiais didáticos** e as práticas de **formação** inicial e continuada de professores.

Assim, com o propósito de balizar a **qualidade da educação**, a BNCC visa garantir o direito de crianças e jovens a uma educação que promova pleno desenvolvimento com foco na formação de cidadãos críticos e participativos.

HISTÓRICO

2014

O PNE é instituído pela Lei n. 13.005 para determinar metas para a política educacional até 2024, especificando estratégias entre as quais se encontra a criação de uma base curricular comum.



REPRODUÇÃO

2018-2019

Um período de transição de dois anos é estabelecido para a implantação da BNCC em território nacional, considerando a:

- produção dos currículos;
- formação de professores;
- produção de material didático;
- revisão de matrizes de avaliação.

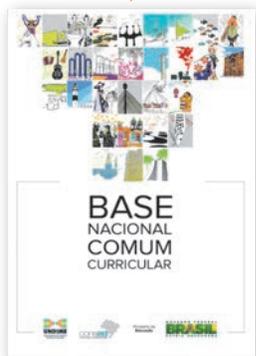


ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

2015

JUNHO

O I Seminário Interinstitucional para elaboração da base reúne assessores e especialistas envolvidos na fase de preparação da primeira versão a partir da análise das DCN e dos referenciais curriculares em vigência nos estados e no Distrito Federal.



REPRODUÇÃO

2017

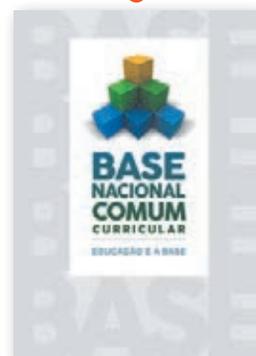
ABRIL

A terceira versão da BNCC é divulgada no dia 6 de abril e enviada ao CNE para aprovação.

MESES SEQUINTE

Após a publicação da terceira versão, espera-se:

- a avaliação do CNE;
- a homologação do Ministério da Educação.



REPRODUÇÃO

JULHO

Em 30 de julho, o Portal da Base Nacional Comum Curricular é lançado para compartilhar com o público a elaboração da base, estabelecendo canais e formas de participação nesse processo.

SETEMBRO

Em 16 de setembro, a primeira versão é disponibilizada no portal, iniciando o período de consulta pública para envio de contribuições de todo o Brasil.

2016

MARÇO

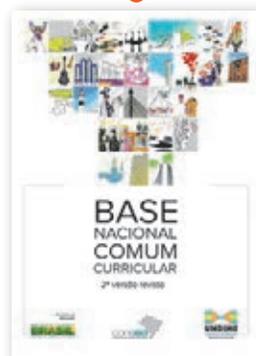
Em 15 de março, encerra-se o período de consulta pública com mais de 12 milhões de contribuições.

MAIO

Em 3 de maio, a segunda versão é disponibilizada no portal.

JUNHO-AGOSTO

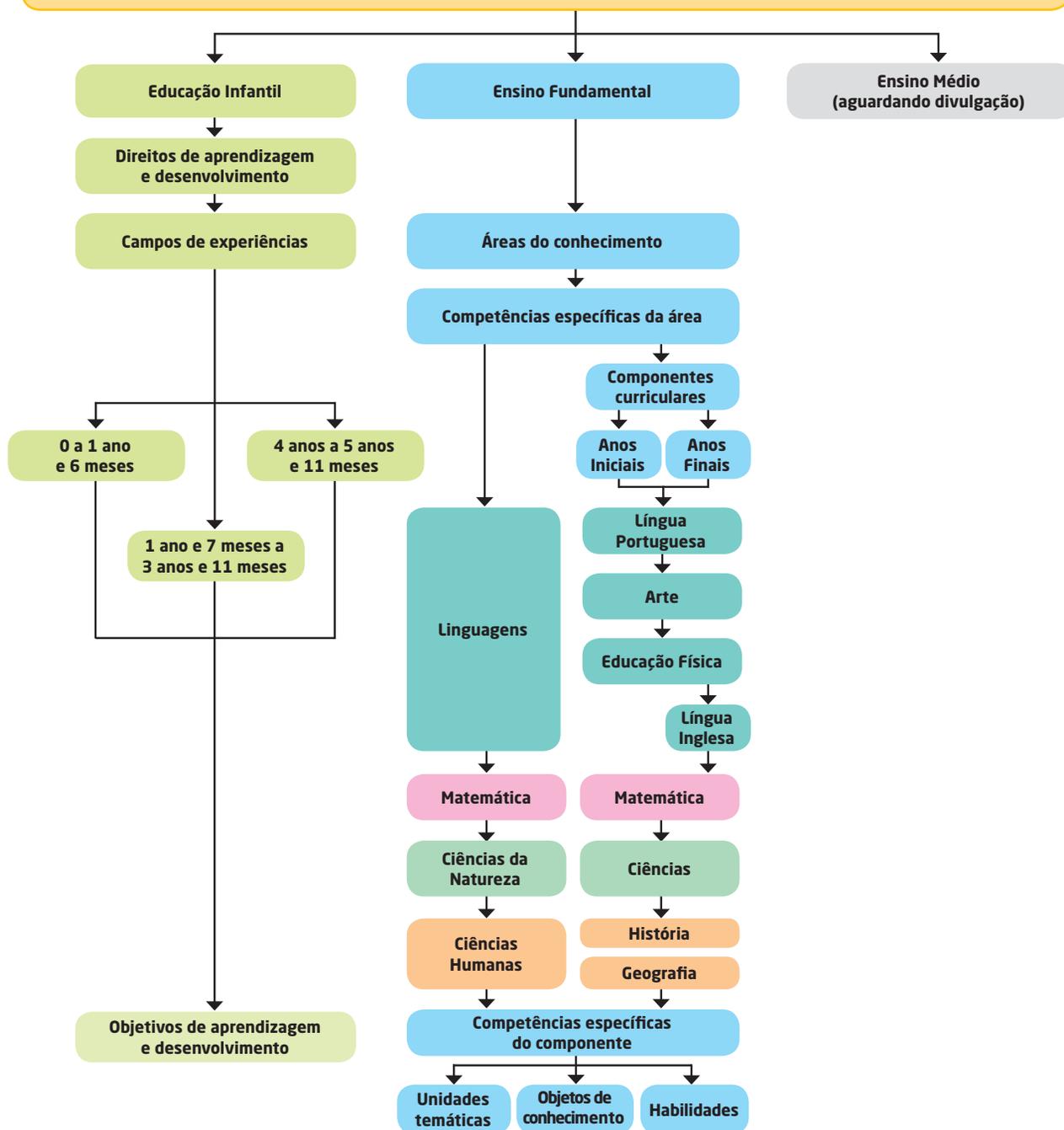
27 seminários estaduais são realizados, abertos à participação pública, para debater a segunda versão, resultando em contribuições de professores, especialistas e associações científicas, o que orientou a redação da terceira versão.



REPRODUÇÃO

COMO A BNCC ORGANIZA OS COMPONENTES CURRICULARES

COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA



A BNCC está organizada por **competências** e **habilidades**. Há competências gerais que dão unidade à Educação Básica ao afirmar valores e visar à transformação social por meio da proposição de uma formação integral, ética e cidadã. A essas competências, na Educação Infantil, vinculam-se os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da

Educação Infantil, e, no Ensino Fundamental, inter-relacionam-se as competências específicas da área, seguidas das competências específicas do componente curricular. As habilidades propostas, portanto, só podem ser desenvolvidas nessa articulação imprescindível com as competências estabelecidas.

AS COMPETÊNCIAS GERAIS

A BNCC apresenta dez competências gerais articuladas aos princípios éticos, estéticos e políticos da LDB e das DCN e que perpassam todas as áreas do conhecimento, vinculando-se às habilidades a serem desenvolvidas em todos os componentes curriculares.

Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual se deve comprometer.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

(BNCC, 2017, p. 18-19)

DÚVIDAS FREQUENTES

A BNCC é um currículo?

A Base e os currículos são documentos com finalidades diferentes. Ela visa apresentar os conhecimentos fundamentais que se espera que o estudante aprenda em cada ano da Educação Básica. Já o currículo se configura como o percurso que cada instituição educacional estabelecerá para desenvolver as competências e habilidades propostas pela BNCC.

A BNCC, portanto, não é um currículo em si, mas parte dele, ou seja, a sua finalidade é orientar a construção dos referenciais curriculares e dos projetos político-pedagógicos das escolas, à medida que estabelece as competências e habilidades que serão desenvolvidas pelos alunos ano a ano. “De maneira simples, é possível afirmar que a Base indica o ponto aonde se quer chegar. O currículo traça o caminho até lá.” (BNCC, 2017). Dessa forma, preserva-se a autonomia de cada rede de ensino para adequar os currículos respeitando a diversidade e as particularidades de cada contexto educacional; isto é, as escolas poderão contextualizá-los e adaptá-los de acordo com seus projetos pedagógicos.

A BNCC substitui algum outro documento oficial?

A BNCC está fundamentada em bases legais, presentes na Constituição Federal, de 1988, na LDB, de 1996, e nos fundamentos teórico-metodológicos presentes nas DCN, nos PCN e no PNE. Isso significa que a Base não exclui tais documentos oficiais, mas dialoga com eles, consolidando uma necessidade historicamente situada, que é o estabelecimento e a organização progressiva das aprendizagens essenciais de toda a Educação Básica.

Quando a Base será implantada?

Após a apreciação do Conselho Nacional de Educação (CNE), caberá ao Ministério da Educação homologar o documento, reconhecendo ou não as considerações do Conselho. A contar da data da homologação, estabelece-se um prazo de dois anos para ocorrer a efetiva implantação da BNCC em todo o território nacional.

Você pode consultar os documentos mencionados nos seguintes sites:

• Constituição Federal de 1988

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília, DF: 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 maio 2017.

• Lei de Diretrizes e Bases

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11 maio 2017.

• Diretrizes Curriculares Nacionais

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Brasília, DF: MEC, SEB, 2013. Disponível em: <portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/13867-diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-basica>. Acesso em: 11 maio 2017.

• Parâmetros Curriculares Nacionais

Ensino Fundamental - Anos Iniciais

Disponível em: <portal.mec.gov.br/pnld/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 11 maio 2017.

Ensino Fundamental - Anos Finais

Disponível em: <portal.mec.gov.br/pnaes/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>. Acesso em: 11 maio 2017.

Ensino Médio: PCNEM e PCN+

Disponíveis em: <portal.mec.gov.br/acompanhamento-da-frequencia-escolar/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em: 11 maio 2017.

Ensino Médio: Orientações curriculares

Disponível em: <portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/13558-politicas-de-ensino-medio>. Acesso em: 11 maio 2017.

• Plano Nacional da Educação

BRASIL. *Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF: MEC/Sase, 2014. Disponível em: <pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

IMPLANTAÇÃO

A implantação da BNCC estará pautada na colaboração entre União, estados, municípios e Distrito Federal, bem como instituições privadas. Cada ator educacional tem sua autonomia garantida, à medida que a Base estimula a valorização da diversidade e considera as especificidades dos múltiplos contextos educacionais no Brasil.

Nesse processo colaborativo, algumas ações estão previstas para fundamentar o processo de implantação. A primeira delas, cabendo sobretudo à União, é revisar a formação docente inicial e continuada articulando-a às

orientações da BNCC. Paralelamente, haverá a reelaboração dos referenciais curriculares federais, estaduais, municipais e privados para, então, haver a reformulação dos projetos político-pedagógicos de cada unidade escolar. Esse processo também estará inter-relacionado às políticas públicas que envolverão a adaptação de materiais didáticos, bem como os processos de avaliação da Educação Básica.

Para que tais ações se efetivem, está previsto um período de dois anos até a implantação do documento nas redes educacionais do país.



Período de implantação:
ações para a consolidação
da BNCC.

BNCC - MATEMÁTICA

César Augusto Pimentel de Souza,
supervisor de Ensino da Rede Pública Municipal de Francisco Morato/SP.

De acordo com os recentes documentos que foram elaborados com o objetivo de orientar o trabalho em sala de aula, a Base

[...] leva em conta que os diferentes campos que compõem a Matemática reúnem um conjunto de **ideias fundamentais** que produzem articulações entre eles: **equivalência, ordem, proporcionalidade, interdependência, representação, variação e aproximação**. Essas ideias fundamentais são importantes para o desenvolvimento do pensamento matemático dos alunos e devem se converter, na escola, em objetos de conhecimento. [...]

(BNCC, 2017, p. 224, grifos do documento)

A BNCC - Matemática propõe ao Ensino Fundamental - anos iniciais e finais - cinco unidades temáticas (Números, Geometria, Álgebra, Grandezas e Medidas e Probabilidade e Estatística) as quais organizam os objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) relacionados às suas respectivas habilidades (aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares).

Considerando as competências fundamentais do letramento matemático (raciocínio, representação, comunicação e argumentação) e a articulação com as competências gerais da BNCC, a redação final da Base integra os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e apresenta nove competências específicas para o componente curricular de Matemática.

Competências específicas de Matemática para o Ensino Fundamental

1. Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e atuar no mundo, reconhecendo também que a Matemática, independentemente de suas aplicações práticas, favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico, do espírito de investigação e da capacidade de produzir argumentos convincentes.
2. Estabelecer relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento e comunicá-las por meio de representações adequadas.
3. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo que se investiguem, organizem, representem e comuniquem informações relevantes, para interpretar-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.
4. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens: gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna.

5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, até mesmo tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.
6. Agir individual ou cooperativamente com autonomia, responsabilidade e flexibilidade, no desenvolvimento e/ou discussão de projetos, que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
7. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo que sejam identificados aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando a forma de pensar dos colegas e aprendendo com eles.
8. Sentir-se seguro da própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.
9. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e das preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, até mesmo com impactos no mundo do trabalho.

(BNCC, 2017, p. 223)

Principais pontos da BNCC de Matemática

- A alfabetização está prevista para ocorrer até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, incluindo a alfabetização matemática.
- Enquanto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Matemática organizavam o currículo do Ensino Fundamental em blocos de conteúdos: Números e Operações, Espaço e Forma, Grandezas e Medidas e Tratamento da Informação, a BNCC estrutura os objetos de conhecimento em unidades temáticas: Números, Geometria, Álgebra, Grandezas e Medidas e Probabilidade e Estatística.
- O trabalho com o objeto de conhecimento “porcentagens” no contexto da educação financeira, aparece de maneira mais explícita nessa 3ª versão. Com exceção do 8º ano, no 5º, 6º, 7º e 9º ano, esse objeto de conhecimento está contido na unidade temática “Números”, com o objetivo de favorecer o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos.
- Na BNCC, o trabalho com a Álgebra assume uma dimensão ampliada e se torna uma unidade temática. Dessa forma, a Álgebra está presente do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com o propósito de desenvolver o pensamento algébrico, que é essencial para utilizar modelos matemáticos na compreensão, representação e análise de relações quantitativas de grandezas e, também, de situações e estruturas matemáticas, fazendo uso de letras e outros símbolos.
- Outra “novidade” proposta na BNCC é o trabalho com a incerteza e o tratamento de dados estudados na unidade temática “Probabilidade e Estatística”. Essa unidade contempla os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.
- Ao defender a importância dos recursos didáticos para a apreensão de significados dos objetos matemáticos, a nova versão da BNCC utiliza o termo “*software* de geometria dinâmica”. Entende-se por *softwares* de geometria dinâmica aqueles capazes de construir e manipular objetos geométricos na tela do computador com possibilidade de “arrastar” a figura construída utilizando o *mouse*.

BNCC - CIÊNCIAS DA NATUREZA

Roberta Bueno,
bacharela e licenciada em Ciências Biológicas pela UFSCar,
mestra em Ensino de Ciências e Matemática pela Unicamp,
editora de livros didáticos de Ciências e Biologia.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino de Ciências da Natureza é imprescindível para a formação cidadã dos estudantes. Ao longo de todo o documento, é enfatizada a importância da formação integral dos alunos.

Em sintonia com as competências gerais, a área de Ciências da Natureza estabeleceu as competências específicas para serem desenvolvidas ao longo do Ensino Fundamental.

Competências específicas de Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental

1. Compreender as ciências como empreendimento humano, reconhecendo que o conhecimento científico é provisório, cultural e histórico.
2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo que sinta segurança no debate de questões científicas, tecnológicas e socioambientais e do mundo do trabalho.
3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, tecnológico e social, bem como as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas e buscar respostas.
4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e da tecnologia e propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.
5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e grupos sociais, sem preconceitos de nenhuma natureza.
6. Conhecer, apreciar e cuidar de si, de seu corpo e bem-estar, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza.
7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões diante de questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

(BNCC, 2017, p. 276)

Os conhecimentos científicos são fundamentais para o processo de formação integral do aluno. O documento afirma que

Para debater e tomar posição sobre alimentos, medicamentos, combustíveis, transportes, comunicações, contracepção, saneamento e manutenção da vida na Terra, entre muitos outros temas, são imprescindíveis tanto conhecimentos éticos, políticos e culturais quanto científicos. Isso por si só já justifica, na educação formal, a presença da área de Ciências da Natureza, e de seu compromisso com a formação integral dos alunos.

(BNCC, 2017, p. 273)

É certo que a BNCC estabelece mudanças bastante significativas na área de Ciências da Natureza. Porém, vale lembrar que outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) já traziam muitas das propostas que estão na BNCC, como a concepção do conhecimento curricular contextualizado na realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural.

Para que o ensino de Ciências não seja um apanhado de conceitos sem significado para os alunos, a BNCC dá atenção especial ao letramento científico. Mais do que conhecer conceitos, os alunos precisam ser habilitados a compreender e a interpretar o mundo, bem como a transformá-lo, ou seja, interferir nele de forma consciente, sabendo que suas ações têm consequências que podem ser refletidas na vida individual e coletiva.

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. No novo cenário mundial, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, produtivo e responsável requer muito mais do que a acumulação de informações.

Aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das

culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, são competências que se contrapõem à concepção de conhecimento desinteressado e erudito entendido como fim em si mesmo.

(BNCC, 2017, p. 17)

De acordo com a BNCC, os estudantes devem ser “estimulados e apoiados no planejamento e na realização cooperativa de atividades investigativas” (BNCC, p. 274). Em outras palavras, os alunos devem ser estimulados a ir além do passo a passo e do conjunto de etapas predefinidas, que é característico do método científico; eles devem ser estimulados a exercitar a observação, a experimentação e a investigação. O processo investigativo deve ser entendido no seu sentido mais amplo; vai além da reprodução ou da execução de uma atividade laboratorial. Nesse sentido, é essencial motivar os estudantes a serem questionadores e divulgadores dos conhecimentos científicos, de modo que se construa um caminho que os leve a exercer plenamente sua cidadania. No desenvolvimento das aprendizagens essenciais propostas pela BNCC, é importante que os alunos reconheçam a Ciência como construção humana, histórica e cultural, e se identifiquem como parte do processo de construção do conhecimento científico.

Entre as principais mudanças curriculares trazidas pela BNCC está a distribuição, ao longo da Educação Básica, dos conhecimentos das diferentes áreas da Ciência, como a Física, a Química, a Biologia e outras. A formalização dos conhecimentos de Física e de Química, usualmente concentrados no 9º ano dos livros didáticos, passa a ser distribuída ao longo de todo o Ensino Fundamental, estando presente numa progressão gradual e contínua desde o 1º ano até o 9º ano, instrumentando os alunos para a investigação científica. O mesmo é proposto para os assuntos relacionados ao corpo humano, fornecendo bases científicas para os estudantes cuidarem da saúde individual, coletiva e ambiental.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as experiências e vivências dos alunos devem ser o ponto de partida para a sistematização do conhecimento científico. Para tanto, é proposto que os assuntos sejam apresentados a partir de elementos concretos, considerando a disposição emocional e afetiva dos estudantes. O ensino de Ciências deve aguçar a curiosidade natural dos estudantes, incentivando a formulação de perguntas.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, os alunos devem ser capazes de se fundamentar no conhecimento científico para avaliar e intervir, assumindo o protagonismo na escolha de posicionamentos e desenvolvendo uma visão mais sistêmica do mundo.

Ao longo do **Ensino Fundamental – Anos Finais**, os estudantes se deparam com **desafios de maior complexidade**, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, **retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas**, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

(BNCC, 2017, p. 56, grifos do documento)

Principais pontos para o desenvolvimento das aprendizagens essenciais para o ensino de Ciências da Natureza

- Embora as aprendizagens essenciais sejam apresentadas em três unidades temáticas, elas devem ser tratadas de forma progressiva, gradual, contínua e integrada.
- Temas como sustentabilidade socioambiental, ambiente, saúde e tecnologia são desenvolvidos nas três unidades temáticas ao longo de todo o Ensino Fundamental.
- Os conhecimentos das diferentes áreas da Ciência, de maneira geral, permeiam todo o Ensino Fundamental, desde o 1º ano até o 9º ano, com a intenção de instrumentalizar os estudantes para o processo investigativo, elemento central para o ensino das Ciências Naturais.
- Os assuntos relacionados ao corpo humano e à saúde não ficam concentrados no 8º ano, como era usual no currículo tradicional da maioria das escolas e na grade temática de muitos livros didáticos, mas são tratados ao longo de todo o Ensino Fundamental, para que os alunos tenham uma noção mais ampla de saúde individual, coletiva e ambiental.
- O processo investigativo vai além das etapas predefinidas do método científico. Devem ser valorizadas a observação, a investigação e a experimentação, indo além do passo a passo procedimental.

BNCC - GEOGRAFIA

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é um documento que estabelece referenciais de aprendizagens essenciais a partir do qual o trabalho nas escolas será desenvolvido, levando-se sempre em conta as especificidades de cada local. A BNCC organizou os componentes curriculares História e Geografia em uma área denominada Área de Ciências Humanas.

[...] a área de Ciências Humanas deve propiciar aos alunos a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais.

(BNCC, 2017, p. 308)

Considerando as competências gerais da BNCC e as competências específicas da área de Ciências Humanas, a Base estabeleceu as seguintes competências para a Geografia no Ensino Fundamental.

Competências específicas de Geografia para o Ensino Fundamental

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico e entre distintas

Daniella Barroso,
licenciada e mestra em Geografia.

áreas do currículo escolar, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.

3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
4. Desenvolver o pensamento espacial, exercitando a leitura e produção de representações diversas (mapas temáticos, mapas mentais, croquis e percursos) e a utilização de geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outro tipo.

7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos democráticos, sustentáveis e solidários.

(BNCC, 2017, p. 318)

A BNCC propõe que a Geografia possibilite aos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental “reconhecer e comparar as realidades de diversos lugares de vivência” (BNCC, 2017, p. 316), assim como “identificar a presença ou ausência de equipamentos públicos e serviços básicos essenciais” (BNCC, 2017, p. 316). Desse modo, ao final do 5º ano, os alunos devem estar preparados para realizar essas ações, que integram os objetivos da educação formal em nossa sociedade e são base para a participação social e a cidadania.

Em relação aos Anos Finais do Ensino Fundamental, a Base traz demandas ainda mais desafiadoras para a Geografia escolar, pois espera-se que os alunos possam compreender e atuar em “processos que resultaram na desigualdade social”. Como componente do currículo escolar, a Geografia deve, portanto, oferecer aos alunos um conjunto de experiências de aprendizagem nas quais eles possam desenvolver habilidades necessárias para alcançar esses objetivos.

O raciocínio geográfico

A compreensão do mundo em que se vive mobiliza o pensamento espacial. O pensamento espacial, por sua vez, requer o desenvolvimento do raciocínio geográfico, que, por meio da aplicação de determinados princípios (ver quadro a seguir), leva à compreensão de aspectos fundamentais da realidade: “a localização e a distribuição de fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas” (BNCC, 2017, p. 311).

DESCRIÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO	
Analogia	Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos é o início da compreensão da unidade terrestre.
Conexão	Um fenômeno geográfico nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos próximos ou distantes.
Diferenciação*	É a variação dos fenômenos de interesse da geografia pela superfície terrestre (por exemplo, o clima), resultando na diferença entre áreas.
Distribuição	Exprime como os objetos se repartem pelo espaço.
Extensão	Espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico.
Localização	Posição particular de um objeto na superfície terrestre. A localização pode ser absoluta (definida por um sistema de coordenadas geográficas) ou relativa (expressa por meio de relações espaciais topológicas ou por interações espaciais).
Ordem**	Ordem ou arranjo espacial é o princípio geográfico de maior complexidade. Refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras da própria sociedade que o produziu.

Fontes: FERNANDES, José Alberto Rio; TRIGAL, Lourenzo López; SPÓSITO, Eliseu Savério. *Dicionário de Geografia aplicada*. Porto: Porto Editora, 2016.

* MOREIRA, Ruy. *A diferença e a geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia*. GEOgraphia, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 41-58, 1999.

** MOREIRA, Ruy. *Repensando a Geografia*. In: SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 35-49.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Terceira versão, Quadro 1. Brasília: ME, 2017. p. 312. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: junho 2017.

“Onde se localiza?” “Por que se localiza?” “Como se distribui?” “Quais são as características socioespaciais?” Essas questões guiam a abordagem de fenômenos nas aulas de Geografia. Partindo da observação de seus lugares de vivência, os alunos podem estabelecer relações entre o que ocorre nos lugares em que vivem e em outros lugares próximos e também distantes.

Em uma abordagem dos transportes utilizados no município em que vivem, por exemplo, os alunos podem observar uma concentração de moradias no entorno da estação de trem. Um grande conjunto de perguntas pode desencadear exercícios de raciocínio geográfico. Onde se localiza o município? Por que a estação de trem se localiza na parte baixa das terras do município? Como as construções e moradias se distribuem no município? As concentrações de moradias acompanham a linha de trem? Quais são as características da vida no município relacionadas à via férrea? São perguntas que nascem da observação dos elementos dos lugares de vivência.

Esses questionamentos mobilizam a busca por respostas que, por sua vez, levam à formulação de novas perguntas. Tal movimento proporciona aos alunos compreender a **situação geográfica** como “um conjunto de relações”. Com base em uma observação – de que haveria uma concentração de moradias no entorno da estação de trem –, os alunos verificam se essa concentração ocorre de fato e levantam explicações para o fenômeno. As perguntas devem levá-los a observar por que a estação de trem interessa aos moradores do município, o que acaba por destacar redes que integram e mobilizam os lugares do município.

As unidades temáticas

À medida que os alunos formulam perguntas sobre o que observam espacialmente, é preciso colocá-los em contato com os conteúdos, conceitos e processos da Geografia, denominados **objetos de conhecimento**. A BNCC sugere objetos do conhecimento para o Ensino Fundamental apontando sempre as “aprendizagens essenciais

que devem ser asseguradas aos alunos” (**habilidades**). Dessa forma, “o que ensinar?” está sempre articulado a “por que ensinar?”.

Na BNCC, os objetos de conhecimento são arranjados em unidades temáticas. No componente Geografia, elas são comuns a todos os anos do Ensino Fundamental:

- O sujeito e seu lugar no mundo
- Conexões e escalas
- Mundo do trabalho
- Formas de representação e pensamento espacial
- Natureza, ambientes e qualidade de vida

As novidades da BNCC

No Ensino Fundamental predomina a descrição nas aulas de Geografia; nos Anos Finais, a monografia regional comanda o raciocínio geográfico. Ainda explicamos o que ocorre em uma região por meio da descrição dos elementos desse espaço e suas dinâmicas internas. A principal novidade da BNCC para o Ensino Fundamental é formular objetivos de aprendizagem capazes de colocar em primeiro plano uma Geografia escolar analítica que avance para além da descrição.

Retomando nosso exemplo, ao observar a possível concentração de moradias no entorno da estação de trem do município, o que se faz comumente nas aulas de Geografia é descrever esses elementos – a estação, a via férrea, a localização das moradias etc. Um aprofundamento significa, muitas vezes, a classificação dos elementos: os tipos de transporte, as funções do espaço urbano etc. Assim, não se formam as redes de relações fundamentais que poderiam explicar o porquê da concentração espacial. Pode ser que a construção da estação de trem tenha impulsionado a formação da aglomeração urbana; ou, ainda, que tenha ocorrido um deslocamento das moradias para essa área, com a construção de novos loteamentos, porque uma parte significativa dos moradores utiliza o trem para ir ao local de trabalho, em outro município.

As perguntas formuladas pelos alunos devem ser ponto de partida para a construção de novas questões que busquem esclarecer o que foi questionado: o que explica algo em um lugar pode ser um fenômeno que ocorre em outro lugar muitíssimo distante; esses lugares, no entanto, estão imbricados uns nos outros em uma rede, que deve ser identificada e analisada pelos alunos. É assim que os alunos podem “compreender aspectos fundamentais da realidade”, como propõe a BNCC.

BNCC - HISTÓRIA

Bianca Barbagallo Zucchi,
historiadora e doutora em História da Educação pela PUC-SP,
docente em instituições de Ensino Superior e Médio.

Sobre a Base Nacional Comum Curricular

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação determinou que diretrizes fossem criadas para orientar os currículos educacionais do país. Em 2014, o Plano Nacional da Educação reafirmou a necessidade de definir diretrizes pedagógicas para a educação básica e de criar uma Base Nacional Curricular que orientasse a elaboração dos currículos das escolas públicas e privadas de todo o Brasil. Desde então, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vem sendo desenvolvida com a participação de diversos setores da sociedade.

No início de 2017, a terceira versão do documento foi submetida ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Apesar de o Conselho ainda não ter emitido o seu parecer, o Ministério da Educação (MEC) se refere ao documento como a “versão final”, ou seja, há o entendimento de que seu texto é o resultado de uma construção conjunta de educadores e especialistas de todos os estados e que, por isso, não será alterado substancialmente.

Depois que for homologada, a BNCC será utilizada para a elaboração dos currículos, a formação de professores, a produção de materiais didáticos e avaliações. Pretende-se, dessa forma, por meio de uma política pública

construída conjuntamente, promover a equidade, tendo em vista que define os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais aos quais devem ter acesso todos os estudantes do país.

A História como componente curricular na BNCC

Com relação ao ensino de História, a BNCC destaca a importância de compreender a construção do conhecimento histórico. Para tanto, estabelece algumas etapas. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, espera-se que os estudos possibilitem aos alunos o conhecimento de si mesmos, para depois, o do outro, ampliando esse conhecimento em diferentes tempos e espaços específicos. Assim, os jovens seriam preparados para, na etapa seguinte, desenvolver as habilidades específicas de cada objeto de conhecimento da disciplina. Nesse processo, “é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram” (BNCC, 2017, p. 348).

Para que o trabalho com as fontes seja produtivo, isto é, para que professores e alunos desempenhem o papel de agentes do processo

de ensino e aprendizagem dos conteúdos propostos no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental, a BNCC destaca cinco processos: **identificar**, **comparar**, **contextualizar**, **interpretar** e **analisar**. Apesar de serem processos cognitivos complexos, é importante que, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, seja iniciado o trabalho de instrumentalização dos alunos no que tange a tais processos, de maneira adequada à faixa etária.

Identificar é o processo menos complexo, mas não é o menos importante. Ele diz respeito à capacidade dos alunos de descrever e caracterizar determinado processo, evento ou documento histórico, localizando-o no tempo e no espaço de acordo com as informações disponíveis. Perceber informações não explícitas em documentos históricos também faz parte do processo de identificação. “O que é?” é a pergunta norteadora desse processo cognitivo.

Comparar é um processo de suma importância e pode ser trabalhado, inicialmente, estabelecendo relações entre os eventos, processos ou documentos históricos com a realidade mais imediata do aluno (no presente ou no passado recente). Nesse sentido, perceber o que há de semelhante e diferente entre momentos históricos distintos, salientando rupturas e continuidades, é essencial para o ensino-aprendizagem na disciplina de História. Vale ressaltar que, no processo de comparação, não se busca construir juízos de valor, mas sim compreender as diferenças.

Quando falamos em **contextualizar**, entende-se que os alunos reúnam saberes e ações que lhes possibilitem, de maneira cada vez mais autônoma, localizar no tempo, no espaço e dentro de cada cultura fatos, processos, acontecimentos e produções de diversos tipos de documentos históricos. Ou seja, compreender de forma ampla como acontecimentos

e/ou processos, e, conseqüentemente, seus registros estão relacionados a um tempo, a um local e aos respectivos referenciais culturais. Nesse sentido, a contextualização é uma habilidade importante para a construção do conhecimento histórico. Quem? Como? Quando? Onde? Em que circunstâncias? São exemplos de perguntas que os alunos devem fazer quando estudam História.

De posse dos dados oriundos da contextualização, espera-se que os alunos possam, aos poucos, **interpretar**, ou seja, entender de que maneira eventos podem ter impactado determinada sociedade. Identificar as diferentes visões possíveis sobre o ocorrido faz parte da ampla habilidade ligada à interpretação.

Por fim, **analisar** é uma habilidade bastante complexa, que depende do desenvolvimento dos processos anteriormente citados, reunindo, assim, diversos conhecimentos e um posicionamento crítico do estudante.

Desse modo, ao longo do Ensino Básico, tem-se como objetivo o desenvolvimento, por parte dos alunos, das habilidades relacionadas aos processos descritos para que eles possam fazer do estudo do passado vinculado ao presente uma maneira de leitura da realidade que os torne cidadãos críticos e autônomos.

A BNCC também chama a atenção para a necessidade de levar em conta a experiência de vida dos alunos do ponto de vista social, econômico, cultural e temporal. Espera-se que eles utilizem seus conhecimentos prévios como base para o processo de aprendizagem. Além disso, um dos focos do ensino de História, de acordo com a BNCC, é a formação da identidade dos estudantes considerando o tempo, a realidade e o espaço ao qual estão vinculados. O documento ressalta também a importância do “outro”, valorizando a diversidade cultural e o multiculturalismo.

Todas essas habilidades e competências têm como objetivo comum e principal a aprendizagem de uma “atitude historiadora”, ou seja, os estudantes, de posse de diretrizes oriundas das bases epistemológicas da ciência histórica, instrumentalizados para identificar, comparar, contextualizar, interpretar e analisar, possam, aos poucos, fazer pequenas incursões ligadas à pesquisa histórica de forma autônoma e crítica, identificando continuidades e rupturas.

A BNCC articula as competências gerais a serem desenvolvidas durante o Ensino Fundamental com as competências específicas de cada área e de cada componente curricular. Segundo o documento, as **competências específicas de História** para o Ensino Fundamental são as seguintes.

1. Reconhecer que diferentes sujeitos possuem percepções diferenciadas da realidade, estejam eles inseridos no mesmo tempo e espaço ou em tempos e espaços diferentes.
2. Selecionar e descrever registros de memória produzidos em diferentes tempos e espaços, bem como diferentes linguagens, reconhecendo e valorizando seus significados em suas culturas de origem.
3. Estabelecer relações entre sujeitos e entre sujeitos e objetos, e seus significados em diferentes contextos, sociedades e épocas.
4. Colocar em sequência, no tempo e no espaço, acontecimentos históricos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como criticar os significados das lógicas de organização cronológica.
5. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
6. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
7. Descrever, comparar e analisar processos históricos e mecanismos de ruptura e transformação social, política, econômica e cultural.
8. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
9. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos próprios à produção do conhecimento historiográfico.

(BNCC, 2017, p. 352)

Novidades da BNCC

Com relação a essas diretrizes gerais para o ensino de História no Ensino Fundamental, a BNCC não contradiz documentos anteriores, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), segundo os quais primeiro os alunos devem compreender a historicidade relacionada ao seu meio: família, escola, bairro etc., para, posteriormente, estudar seu município, seu estado e o país. A BNCC amplia esse estudo, propondo a análise de configurações sociais ligadas a outros países e povos. A proposta de analisar diversas linguagens e sua historicidade também foi ampliada pela BNCC com destaque para a importância da memória e suas possíveis análises.

Quanto aos currículos, procuramos sintetizar nos quadros a seguir as diretrizes da BNCC para o ensino de História do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Ensino Fundamental 1

1º e 2º anos
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer o “Eu” e o “Outro” por meio da realidade imediata do aluno (a família, a escola e a comunidade).
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a existência de diferentes temporalidades.
<ul style="list-style-type: none">• Identificar e compreender os registros de sua história pessoal e os da sua comunidade.
<ul style="list-style-type: none">• Identificar as formas de relação com a natureza por meio das formas de trabalho existentes na comunidade onde vive e seus impactos sobre o meio.
3º ano
<ul style="list-style-type: none">• Distinguir os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a sua cidade.
<ul style="list-style-type: none">• Identificar os marcos históricos e reconhecer o patrimônio histórico e cultural do lugar em que se vive.
<ul style="list-style-type: none">• Identificar os diferentes modos de vida, comparando-os com os do passado.
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer as diferenças entre os meios urbano e rural.
<ul style="list-style-type: none">• Estabelecer a noção de público e privado.
4º ano
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a história como consequência da ação humana.
<ul style="list-style-type: none">• Identificar permanências e transformações da história da humanidade (sedentarização, escrita, navegação, entre outras).
<ul style="list-style-type: none">• Estudar a circulação de pessoas, de produtos e, conseqüentemente, de culturas, identificando a relação entre indivíduos, a importância dos diferentes caminhos (terrestres, fluviais e marítimos) para a dinâmica comercial e as transformações das formas de comunicação.
<ul style="list-style-type: none">• Analisar as questões históricas relativas à migração, como ocorreram os diferentes fluxos migratórios ao longo da história, considerando as diferenças espaciais e temporais.
5º ano
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a diversidade de povos e culturas e suas formas de organização (do processo de sedentarização à formação de Estados), incluindo a compreensão do papel da religião e da cultura para os povos da Antiguidade.
<ul style="list-style-type: none">• Compreender as diferentes formas de registro e/ou transmissão da história (as tradições orais, valorização da memória e o uso de diferentes linguagens), identificando as diferentes formas de organizar e medir o tempo.
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e suas transformações ao longo da história.

Ensino Fundamental 2

6º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar o entendimento sobre a diversidade de formas de compreensão, medição e registro do tempo, incluindo reflexões sobre sincronias e diacronias e o sentido das cronologias.
<ul style="list-style-type: none"> • Estudar sobre as origens da espécie humana (identificando as hipóteses científicas sobre o assunto), seus deslocamentos e processo de sedentarização (descrevendo as transformações da natureza pela ação humana ao longo do tempo).
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer as lógicas de organização política e social, formas de trabalho e aspectos culturais dos povos ao longo da história: Antiguidade Oriental (mesopotâmicos, egípcios e povos pré-colombianos na América), Antiguidade Ocidental (gregos e romanos) e a passagem do mundo antigo para o medieval, considerando o Mediterrâneo como espaço de interação entre Europa, África e Oriente Médio).
7º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a ampliação das conexões entre Europa, América e África na Modernidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Estudar os aspectos políticos sociais e culturais do século XV ao final do século XVIII (Renascimento, Reformas religiosas, expansão marítima, processos de colonização da América, lógicas mercantis do mundo moderno, escravidão e emergência do capitalismo).
8º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Focar os estudos na compreensão da conformação da história do mundo contemporâneo na Europa e na América: Iluminismo, Revoluções inglesas, Revolução Industrial, crise do sistema colonial na América e os processos de independência, o Brasil monárquico, nacionalismo, liberalismo e revoluções europeias no século XIX, imperialismo na África e na Ásia, darwinismo social e o discurso civilizatório, e a questão indígena nas Américas.
9º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Estudar a república no Brasil desde a sua formação até a Constituição de 1988, considerando o protagonismo dos diferentes grupos e sujeitos históricos.
<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar as abordagens da história nacional aos processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XIX e XX, reconhecendo as especificidades e fazendo aproximações entre os eventos, incluindo os da história recente.
<ul style="list-style-type: none"> • Estudar a ascensão do totalitarismo na Europa e os grandes conflitos mundiais, a Guerra Fria, as experiências ditatoriais na América do Sul, os processos de descolonização da África e da Ásia, o fim da Guerra Fria e o processo de globalização.

BNCC - LÍNGUA PORTUGUESA

Regina Braz,
professora e assessora pedagógica na área de Língua Portuguesa,
mestra e doutora em Linguística pela PUC-SP.

A área de Linguagens

No Ensino Fundamental, a área de Linguagens é constituída por três componentes curriculares nos Anos Iniciais – Língua Portuguesa, Artes e Educação Física –, aos quais se acresce nos Anos Finais o componente Língua Inglesa.

Nessa área, com o intuito de levar os alunos a aprendizagens relacionadas às múltiplas **práticas de linguagens** constitutivas de variadas atividades humanas, é preciso conceber a linguagem não apenas como um conjunto de regras, mas também como uma **forma de interação humana**, pela qual estabelecemos diferentes vínculos para nos comunicar, expressar valores, ideologias, sentimentos etc.

Assim, cabe compreender a linguagem no sistema semiótico, ou seja, na multiplicidade de práticas verbais (escrita e fala), não verbais (expressão corporal e gestual, linguagem visual ou musical, por exemplo) e multimodais (articulação entre verbal e não verbal) que se concretizam no momento em que interagimos.

Nos Anos Iniciais, a área de Linguagens visa ressignificar as práticas já vivenciadas pela criança para, nos Anos Finais, ampliar essas vivências para outros campos de atuação humana. Esse percurso foi traçado com base no

fato de que o desenvolvimento de todos nós se relaciona diretamente ao nosso processo de socialização, ou seja, a nossa interação em diferentes campos de atividade humana faz com que seja possível conhecermos, reconhecermos e empregarmos diferentes formas de manifestação da linguagem, constituindo, portanto, espaços para que os alunos possam experimentar variadas práticas, discutindo-as criticamente e com autonomia. Para isso, foram estabelecidas competências específicas a serem desenvolvidas.

Competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica e social e o seu caráter constitutivo de organização e significação da realidade.
2. Reconhecer as linguagens como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais, e sua representação simbólica como forma de expressão dos sentidos, das emoções e das experiências do ser humano na vida social.
3. Desenvolver visão crítica das linguagens, tendo por base o estudo da natureza, gênese e função delas para operar com a pluralidade das formas de expressão.

4. Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas, prevendo a coerência de sua posição e a dos outros, para partilhar interesses e divulgar ideias com objetividade e fluência diante de outras ideias.
5. Reconhecer as linguagens como parte do patrimônio cultural material e imaterial de uma determinada coletividade e da humanidade.
6. Respeitar e preservar as diferentes linguagens, utilizadas por diversos grupos sociais, em suas esferas de socialização.
7. Usufruir do patrimônio linguístico, artístico e de práticas corporais nacionais e internacionais, com suas diferentes visões de mundo, pelo acesso ao acervo e possibilidades de construção de categorias de diferenciação, apreciação e criação.
8. Interagir pelas linguagens, em situações subjetivas e objetivas, inclusive aquelas que exigem graus de distanciamento e reflexão sobre os contextos e estatutos de interlocutores, como as próprias do mundo do trabalho, colocando-se como protagonista no processo de produção/compreensão, para compartilhar os valores fundamentais de interesse social e os direitos e deveres dos cidadãos, com respeito ao bem comum e à ordem democrática.

(BNCC, 2017, p. 62)

Língua Portuguesa no Ensino Fundamental

O ensino de Língua Portuguesa dá continuidade às práticas de oralidade e escrita iniciadas na Educação Infantil no campo de experiência oralidade e escrita. Para entender melhor o que isso significa, a BNCC apresenta uma síntese das aprendizagens esperadas em oralidade e escrita na Educação Infantil:

- Expressar ideias, desejos e sentimentos em distintas situações de interação, por diferentes meios.

- Argumentar e relatar fatos oralmente, em sequência temporal e causal, organizando e adequando sua fala ao contexto em que é produzida.
- Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas.
- Conhecer diferentes gêneros e portadores textuais, demonstrando compreensão da função social da escrita e reconhecendo a leitura como fonte de prazer e informação.

(BNCC, 2017, p. 51)

Tais aprendizagens demonstram que a finalidade desse campo de experiência na Educação Infantil é inserir a criança no universo das culturas do escrito, não como antecipação de processos formais de alfabetização, mas visando ao reconhecimento da função social da escrita e da leitura como fonte de prazer e informação, e empregando a oralidade em diferentes situações como ponto de partida para o trabalho com a língua escrita, em um processo que pressupõe a transição para o Ensino Fundamental.

No Ensino Fundamental, o texto (oral e escrito) torna-se o centro das atividades de linguagem a serem desenvolvidas, implicando um trabalho com a língua não apenas como um código a ser decifrado nem como um mero sistema de regras gramaticais, mas como uma das formas de manifestação da linguagem.

Com isso, a finalidade do ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa é permitir o desenvolvimento crítico e reflexivo da criança e do adolescente como agentes da linguagem, capazes de usar a língua (falada e escrita) e as diferentes linguagens em diversificadas atividades humanas. Para isso, são estabelecidos cinco eixos organizadores: Oralidade, Leitura, Escrita, Conhecimentos linguísticos e gramaticais e Educação Literária.

Em **Oralidade**, propõe-se a escuta e a produção de textos orais, considerando as diferenças entre língua falada e escrita e as formas

específicas de composição do discurso oral, em situações formais ou informais. Além disso, a variação linguística deverá ser explorada de acordo com a diversidade de práticas orais de uso da linguagem.

Ressalta-se que o trabalho com o eixo Oralidade não compreende o exercício da fala em si, como atividades que envolvam “a conversa com o colega”, “ler em voz alta”, “esperar a vez de falar”, “falar com boa entonação e de modo claro” etc. O enfoque passa a ser a identificação das características de diferentes gêneros textuais orais que organizam determinadas atividades humanas. Como exemplo, podemos citar a exposição oral, que pode estar presente em um seminário, prática em que, para expor conteúdo com base em pesquisa ou apresentar opiniões, é necessária uma organização específica.

Nessas práticas de linguagem, há alternância dos turnos de fala, ou seja, enquanto alguém expõe oralmente, há outros que escutam. Além disso, há um intercâmbio entre o oral e o escrito, já que, em alguns casos, aquele que expõe oralmente também preparou por escrito a apresentação, e aquele que ouve anota dúvidas e se prepara para dialogar com o apresentador buscando esclarecer alguns pontos e participar da discussão. Isso implica um trabalho com as relações entre língua falada e língua escrita, considerando também a presença de outras linguagens como a gestualidade, a expressão facial, os elementos gráficos etc.

Assim, a composição do discurso oral assume características específicas de acordo com as necessidades de comunicação dos interlocutores envolvidos. O discurso oral, portanto, deve ser tomado como objeto de conhecimento visando levar tanto ao aprendizado de práticas escolares em que a oralidade se faz presente, como também contribuir para a participação do aluno na vida pública. Essa perspectiva de trabalho leva naturalmente à formação para a cidadania.

Em **Leitura**, espera-se, nos dois primeiros anos, o desenvolvimento do domínio do sistema alfabético de escrita, ampliando-se progressivamente nos anos seguintes para o aprimoramento da compreensão leitora e das decorrentes habilidades de interpretação de textos não literários verbais e multimodais. Nesse eixo, enfocam-se textos de diversas esferas de atuação humana.

Para aprimorar a compreensão leitora, é sugerido que sejam proporcionadas ao aluno diversificadas experiências de ler, ouvir, comentar textos escritos etc. Essas experiências devem incluir a reflexão sobre quem escreveu, para quem, sobre o quê, com que finalidade, em qual tempo e espaço, como o texto circulou e chegou até nós. Nesse processo, fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a formação cidadã, amplia-se o conhecimento de mundo do aluno ao estimular a sistematização de conceitos, a aquisição de informações e a discussão sobre valores.

De acordo com a BNCC, a formação do leitor deve contribuir para sua participação em práticas sociais da cultura letrada, que, em sua diversidade, permitirão ao estudante apropriar-se progressivamente de diversos gêneros textuais e estabelecer relações com outros, mas sempre consciente dos sentidos que produz. No eixo Leitura, ensinar a ler significa, portanto, levar o aluno a reconhecer a importância das culturas do escrito, perpassando por sua influência em práticas cotidianas (bilhete, mensagem, anotação etc.) e de organização da vida social (placa, instrução, mapa, roteiro, formulário etc.) até práticas mais complexas como as necessárias ao exercício da cidadania (lei, regulamento), à formação escolar (verbete, artigo de divulgação científica etc.) e ao estabelecimento de relações com o mundo externo e com outras esferas, como a política, a econômica, a social etc. (notícia, reportagem, artigo de opinião, editorial etc.).

Em **Escrita**, propõe-se o engajamento das crianças e dos adolescentes em situações reais de produção de textos não ficcionais verbais, verbo-visuais, multimodais, considerando o uso das linguagens adequado ao contexto de produção, recepção e circulação. Essas oportunidades de produção devem incluir a constante reflexão sobre variação linguística.

A produção de textos escritos sempre será uma atividade sociointeracional, ou seja, escrevemos em diálogo com o outro, seja um sujeito, seja outro texto. O interlocutor, assim, é um dos condicionantes da produção escrita, o que impõe a adequação do nosso dizer às circunstâncias de produção. O ato de escrever não deve ser apenas uma tarefa burocrática, pois deve ser construído como uma atividade em que os alunos se envolvem com as práticas sociais da linguagem, por meio de planejamento e escrita, apreciação e revisão, reescrita e edição de textos.

As práticas de escrita são iniciadas já no primeiro ano do Ensino Fundamental com o apoio do professor, ainda que as crianças não dominem o sistema alfabético de escrita. Espera-se que, no decorrer do Ensino Fundamental, os estudantes aprimorem, gradativamente, essas habilidades até os níveis mais complexos. Para tanto, a BNCC indica a produção de gêneros pertencentes a diferentes domínios da linguagem (relatar, expor, argumentar, descrever ações), interligando-os ao exercício de habilidades de escrita com grau de complexidade crescente.

Espera-se, com isso, que essas práticas possam, inicialmente, contribuir para a compreensão do sistema alfabético de escrita, voltando-se pouco a pouco para a reflexão sobre os “Procedimentos linguístico-gramaticais e ortográficos” e “Procedimentos estilístico-enunciativos” cada vez mais complexos, que geram a produção de textos coesos e coerentes.

No eixo **Conhecimentos linguísticos e gramaticais**, as habilidades a serem desenvolvidas vinculam-se às práticas realizadas nos eixos **Oralidade, Leitura e Escrita**, tendo como foco,

nos dois primeiros anos, a aprendizagem do sistema alfabético de escrita. Mantém-se, portanto, o caminho do uso-reflexão-uso (conforme já indicavam os PCN), que visa levar o aluno a refletir sobre as possibilidades de uso permitidas pelo sistema da língua, oral ou escrita, e a ser capaz de aplicar o recurso mais adequado ao contexto em que está inserido.

Com esse objetivo, propõe-se um trabalho que leve as crianças à reflexão sobre o léxico e o conteúdo temático, à compreensão das relações de intertextualidade, à identificação da forma composicional, dos aspectos ligados à organização textual, e à construção da coesão e da coerência etc.

Os recursos linguísticos focalizam os processos de construção textual, ou seja, os usos são retomados paralelamente às categorias tradicionais da palavra e da frase, porém com enfoque distinto. Nas atividades de língua, espera-se que os diferentes aspectos da gramática sejam abordados no momento em que se analisa o funcionamento da linguagem em suas variações, o que se torna um espaço de reflexão para que o aluno aprenda a decidir pelas formas adequadas a cada situação comunicativa. Há algumas prescrições linguísticas que são estritamente ligadas ao padrão escrito, como acentuação e ortografia, contribuindo para o aprimoramento do domínio da norma-padrão em situações em que esse registro é necessário.

Os recursos linguísticos a serem aprendidos ligam-se à leitura e à produção textual com relevância significativa para a vida real, dando foco a uma aprendizagem ética e crítica diante de problemas autênticos do contexto sociocultural do estudante. Por exemplo, as atividades linguísticas que focalizem os procedimentos coesivos de referência podem relacionar-se à reflexão sobre o uso de substantivos, adjetivos, advérbios, pronomes, e como essas referências marcam pontos de vista, valores, apreciações no texto tomado como objeto de conhecimento.

Vinculado ao eixo Leitura, mas com finalidade distinta, o eixo **Educação literária** foi estabelecido para dar foco à formação do leitor literário. Não se tratando, assim, de ensino de literatura, mas do estabelecimento da importância da fruição estética, com foco na singularidade do texto literário.

Esse eixo relaciona-se ao que muitos especialistas denominam “letramento literário”, que seria um dos usos sociais da escrita, mas que se torna um tipo de letramento singular devido à especificidade do texto literário. Isso significa permitir que a leitura literária ultrapasse o mundo prático. Por exemplo, é comum atividades para ler contos e depois produzir contos, seguindo um modelo previamente refletido. Não significa que o aluno não poderá mais produzir contos, mas que a motivação para a atividade de leitura literária não se restrinja à apresentação de modelos que servirão a uma produção textual.

A leitura literária deve perpassar pela compreensão de como a literatura dialoga com a vida humana, da linguagem literária e sua profunda construção estilística, do fato de como ela pode transcender tempo e espaço. Ler o texto literário não está restrito à compreensão da linguagem escrita, mas se refere a uma ação de recepção crítica e responsiva, o que implica reagir ao texto, dar-lhe uma resposta, concordando ou discordando. Assim, o aluno pode “reagir” ao texto literário escrevendo comentários, debatendo, parodiando, recontando, recriando, criando, porém o enfoque principal não estará no modelo de escrita, mas sim na possibilidade de incentivar o aluno a estabelecer diálogos, criar suas ideias, demarcar sua memória.

Ler textos literários, portanto, não pode se restringir a atividades de entretenimento ou análise de técnicas de escrita, mas deve atrelar-se à formação do estudante, na consolidação de sua condição humana e na sua vivência emocional e afetiva que dá sentido ao mundo.

A partir de cada eixo, propõem-se unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades para cada ano do Ensino Fundamental, que devem ser desenvolvidas na integração entre os eixos organizadores, de modo indissociável das competências específicas do componente curricular.

Competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental

1. Reconhecer a língua como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.
3. Demonstrar atitude respeitosa diante de variedades linguísticas, rejeitando preconceitos linguísticos.
4. Valorizar a escrita como bem cultural da humanidade.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequado à situação comunicativa, ao interlocutor e ao gênero textual.
6. Analisar argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação de valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos e interesses pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Ler textos que circulam no contexto escolar e no meio social com compreensão, autonomia, fluência e criticidade.
10. Valorizar a literatura e outras manifestações culturais como formas de compreensão do mundo e de si mesmo.

(BNCC, 2017, p. 66)

PONTOS EM DESTAQUE	FINALIDADE
Oralidade e escrita na Educação Infantil	Inserir a criança no universo das culturas do escrito, não como antecipação de processos formais de alfabetização, mas visando ao reconhecimento da função social da escrita e da leitura como fonte de prazer e informação, em processo de transição para o Ensino Fundamental. Isso significa que o Ensino Fundamental tomará como ponto de partida a competência oral já desenvolvida pela criança, bem como a inserção no universo letrado que compreende a função social da escrita.
Alfabetização até o 2º ano	Compreender o funcionamento do sistema alfabético de escrita (apreensão do princípio da correspondência grafema-fonema), seguindo, nos demais anos, com a aprendizagem dos padrões de escrita que consolidam o domínio desse sistema. Nos dois primeiros anos, portanto, espera-se que a criança domine os princípios organizadores do sistema alfabético de escrita, que é a correspondência entre fonema e grafema (regularidades diretas e algumas regularidades contextuais), aprimorando nos demais anos o domínio dos padrões de escrita (regularidades contextuais e irregularidades).
Texto como objeto de conhecimento	Compreender o texto como “centro das práticas de linguagem”, concebendo-o como enunciado e não apenas como “modelo” de gênero textual para enfatizar a unicidade de cada texto e dos processos enunciativo-discursivos e contextuais que o constituem. Isso significa que o texto verbal (oral e escrito) e o verbo-visual (com articulação entre o verbal e o não verbal) são os organizadores das atividades didáticas a serem desenvolvidas, vinculando, assim, os eixos de Leitura, Escrita e Conhecimentos Linguísticos e Gramaticais e Educação Literária. O texto não servirá de modelo, mas sim de objeto de conhecimento que possibilita refletir sobre as práticas sociais envolvidas, considerando o tempo e o espaço de produção, recepção e circulação, bem como os aspectos composicionais, temáticos, estilísticos, enunciativos e linguísticos envolvidos.
Conhecimentos linguísticos e gramaticais	Promover o vínculo entre a aprendizagem da língua e as práticas de leitura, escrita e oralidade, corroborando o caminho do uso-reflexão-uso, que considera as questões de variação linguística e de adequação aos múltiplos contextos de uso. Propõe-se um trabalho com os conhecimentos linguísticos e gramaticais necessários para a compreensão e a produção de textos orais e escritos, como a reflexão sobre o léxico, intertextualidade, conteúdo temático, forma composicional, aspectos ligados à organização textual e aos procedimentos coesivos, padrões de escrita, características da conversação espontânea etc. Assim, aspectos da tradição gramatical ganham outro tratamento, sendo abordados no momento em que se analisa o funcionamento da linguagem em suas variações.
Educação literária	Formar o leitor literário, visando à importância da fruição estética e da compreensão da singularidade do texto literário. Ler textos literários, portanto, não pode se restringir a atividades de entretenimento ou análise de técnicas de escrita. A leitura literária deve perpassar pela compreensão de como a literatura dialoga com a vida humana, da linguagem literária e sua profunda construção estilística, do fato de como ela pode transcender tempo e espaço.

